



## Opinião Econômica

### Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ



# Medidas contra violência doméstica funcionam e precisamos de outras

Quem acha que o número de acusações infundadas contra homens chega a qualquer fração significativa dos casos reais de violência deveria procurar um livro básico de estatística

“Os gritos vem de dentro da casa?”

“Sim.”

“Então não posso fazer nada.”

“Chame a polícia!”

“Posso fazer, mas a resposta vai ser a mesma.”

“Então venha comigo, por favor.”

Esse diálogo, através de um aplicativo de tradução, aconteceu em uma noite chuvosa, às 2 da manhã, entre minha mulher e o segurança do nosso condomínio.

E lá foram eles fazer algo que ninguém faz na China: meter-se em briga de marido e mulher. Lá, as regras estão mudando, mas parece que estamos no Brasil de décadas atrás: a polícia não se mete, não importa o quanto al-

guém grite dentro de casa.

No máximo, vai bater na porta e pedir para que as pessoas saiam de casa. Se ninguém o fizer, paciência. Para sorte de todos, a noite acabou bem: quando eles chegaram para bater na porta, a esposa estava saindo de casa e o marido não a seguiu (inclusive, porque aí poderia ser preso).

No Brasil, a Lei Maria da Penha, delegacias da mulher e outras medidas limitam os danos da violência doméstica, embora seja impossível acabar com essa praga. Por exemplo, o estabelecimento de uma delegacia da mulher reduz o percentual de feminicídios em 17%, com efeito ainda maior nas mulheres de 15 a 29 anos, de acordo com estu-

do de Elizaveta Perova e Sarah Anne Reynolds.

Essas medidas, assim como as de vários estados americanos, que permitem que a polícia prenda, mesmo sem mandado judicial, suspeitos de violência doméstica, são baseados em uma premissa simples: aumentar a punição a agressores diminui a frequência de tais eventos. E funcionam. Por exemplo, nos estados mexicanos que criminalizaram a violência doméstica, até mesmo o percentual de suicídios de mulheres caiu, entre 22 e 34%, como verificado por Trinidad Beleche.

Casos de agressão doméstica são notoriamente difíceis de estudar, pois são sub-reportados. Normas, como a Lei Maria da

Penha, nunca são perfeitas. Há sempre erros do tipo 1 e tipo 2. Nesse caso, o primeiro diz respeito a indivíduos que precisam de ajuda, mas não recebem, enquanto o segundo contempla os acusados que são inocentes. Mas esses últimos erros são raros, especialmente em comparação com o tamanho do problema.

Em um estudo com 3.500 mães e filhos no Brasil, Romina Buffarini e colegas encontraram que um terço das mulheres ou crianças sofreram algum tipo de violência doméstica, seja física ou psicológica.

As taxas continuam subindo no Brasil e são as maiores da história. Mais de um terço de todos os assassinatos de mulheres acontecem por violência domé-

tica, e, em 2023, foram quase 259 mil casos registrados de lesão corporal dolosa, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado nesta quinta-feira (18), um aumento de quase 10% em relação a 2022.

Se alguém acha que o número de acusações infundadas contra homens chega a qualquer fração significativa dos casos reais de violência deveria procurar um livro básico de estatística.

Sabemos que muitos casos de violência doméstica não vão para frente por vários motivos, inclusive por reconciliação do casal, seja por qual motivo for. Mas o que não podemos fazer é minimizar a importância dos mecanismos de combate a um dos tipos mais comuns de violência no Brasil. Acusação não é condenação, mas mentira é muito mais fácil de ser verificada.

Falta muito para que nos tornemos um país civilizado. O mínimo que podemos fazer é envergonhar quem minimiza ou se esquivava de explicar porque é parte das estatísticas de abusadores. Esse não é o país que queremos.

## Plano Safra Banrisul

2024/25

R\$ 12,2 Bilhões



banrisul.com.br/planosafra



banrisul

SAC 0800 646 1515  
Ouvidoria 0800 644 2200

# BeGreen espera produzir amônia verde a partir do final de 2026

/ DESENVOLVIMENTO

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornalcomercio.com.br

Entre as destinações do hidrogênio verde (feito a partir de fontes renováveis de energia, como a eólica, a solar e a hídrica) está a geração da amônia verde. Mirando esse nicho de mercado, a empresa BeGreen pretende construir três unidades para produzir esse insumo da cadeia dos fertilizantes agrícolas e a expectativa é que as primeiras plantas possam operar no segundo semestre de 2026.

Os três projetos atualmente planejados serão implementados em Passo Fundo, Tio Hugo e Vacaria. De acordo com o sócio e

diretor técnico da BeGreen, Luiz Paulo Hauth, a partir da obtenção da licença ambiental prévia, serão necessários mais cerca de 20 meses para que os projetos de Tio Hugo e Passo Fundo, que estão mais adiantados, possam iniciar as atividades. A perspectiva é que seja possível conquistar o licenciamento ainda neste ano.

A energia necessária para produzir o hidrogênio verde e na sequência a amônia verde será oriunda de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Para chegar ao produto final, será feito o processo de eletrólise, com a quebra da molécula da água, separando o hidrogênio do oxigênio. Os empreendimentos de Tio Hugo e Passo Fundo contratarão a energia de usinas já

implementadas e o de Vacaria de PCHs que ainda serão instaladas na região.

Hauth adianta que o investimento na planta tio-huguense deverá ser em torno de R\$ 60 milhões, para uma capacidade de produção de 4 mil toneladas de amônia anidra ao ano. Já na estrutura passo-fundense serão aportados mais cerca de R\$ 40 milhões, para um potencial de 2 mil toneladas anuais de amônia anidra. Os números para o complexo de Vacaria ainda não foram fechados. “Uma das grandes vantagens desse processo é a descentralização, podendo ser feito em várias cidades e o objetivo da BeGreen é ter mais unidades, mais adiante, em outros municípios”, comenta o



DIVULGAÇÃO ABRAPCH/JC

PCHs serão a fonte de energia para abastecer os empreendimentos

dirigente. A companhia, que tem sede em Panambi, é resultado da união de três investidores, as empresas Phama Energias Renováveis, Migratio e Grupo Torao.

O diretor da BeGreen recorda também que é um planejamento estratégico do governo do Estado apoiar a cadeia no hidrogênio

verde no Rio Grande do Sul e ele espera que a empresa possa, em breve, assinar um memorando de entendimento a respeito dos seus projetos com o poder público. Hauth diz que, após o documento firmado, serão discutidos eventuais incentivos para que as iniciativas sejam materializadas.